



## IDENTIFICAÇÃO: UMA NOVA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA?

Ana Célia Rodrigues

**Professora Adjunta Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação –  
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Brasil**

### RESUMO

Estudo dos processos de identificação arquivística, especialmente da identificação de documentos desenvolvidos nos parâmetros da tipologia documental. A identificação é uma tarefa de pesquisa de natureza intelectual, que versa sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, fundamentando as análises para o planejamento do tratamento técnico documental. A pesquisa tem por objetivo lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística, sistematizando-a na perspectiva da tradição arquivística brasileira. Alia uma dimensão teórica a uma aplicada, apresentando os estudos de caso sobre a aplicabilidade da metodologia no contexto de gestão de documentos e de tratamento de massas acumuladas em arquivos.

**Palavras-Chave:** Arquivística; Metodologia Arquivística; Identificação Arquivística; Tipologia Documental; Diplomática Contemporânea.

### ABSTRACT

This study presents the archival identification processes, especially about the identification of documents developed by documental typology parameters. The identification is a search procedure on the archival document and its producer entity that uses intelligence to search and records data with adequate instruments. This technique is developed in the beginning of the documental treatment to fundament the analysis related to the production, appraisal, classification and description of the document. The research aims to launch a theoretical basis for characterizing the identification as an independent function within the archival methodology, systematizing it in the perspective of the archival tradition in Brazil. Combines a theoretical dimension to an applied, presenting case studies on the applicability of the methodology in the context of document management and treatment of mass accumulated in archives.

**Keywords:** Archival Science; Archival Methodology; Archival Identification; Typology Documentary; Diplomatic Contemporary.

## 1 INTRODUÇÃO

A introdução da gestão documental no campo da arquivística, especificamente da avaliação, trouxe consigo a necessidade da formulação de metodologias para resolver os problemas observados nos arquivos.

O termo *identificação* surgiu no âmbito da arquivística, nos anos 80, para designar as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar ou para solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, que se contrapunha ao emergente desafio de implantar programas de gestão documental em países ibero-americanos.

No âmbito das experiências desenvolvidas em arquivos de países ibero-americanos, contexto em que se insere Espanha e Brasil, nosso objeto de estudo, surgiu o termo *identificação* e se iniciou a construção de uma tradição arquivística para identificar tipologias documentais, contextos de produção e situação material dos arquivos. As publicações daqueles resultados e das reflexões decorrentes desses trabalhos vêm contribuindo para a construção teórica da arquivística, no campo das pesquisas científicas sobre metodologias.

Nesse momento, assistimos a uma revisão da diplomática, cujas bases teórico-metodológicas passaram a ser utilizada para a compreensão dos documentos contemporâneos, aplicadas aos programas de gestão de documentos e de tratamento de fundos acumulados em arquivos.

É um momento de buscas pela cientificidade da área, que reflete a preocupação com a formulação de metodologias aplicáveis a qualquer sistema arquivístico. Era preciso dar ênfase nas atividades de pesquisa para a elevação do nível de qualidade e construção da arquivística, enquanto ciência.

As pesquisas da área passaram focalizar o documento arquivístico, em busca de características que o identificassem e propiciassem a normalização necessária exigida para a gestão documental. Os estudos de identificação de tipologias documentais vêm nutrindo o debate científico internacional sobre a formulação de requisitos para a gestão documental, sobretudo em ambiente eletrônico. Luciana Duranti introduz no Canadá e Estados Unidos, esta nova abordagem do uso da diplomática aplicada ao estudo dos documentos eletrônicos, discutindo especificamente o momento de sua produção. O conhecimento teórico por ela divulgado como resultados de pesquisas científicas, projeto cujo escopo era entender o conceito e o método da diplomática e suas interações com os princípios e conceitos arquivísticos, a tornou um marco referencial na área. Consolida definitivamente o diálogo entre as duas áreas, como base para o desenvolvimento

de funções arquivísticas, passando a influenciar significativamente a arquivística internacional.

No âmbito da produção científica da área, a diplomática tem se destacado como disciplina. A diplomática revisitada pela arquivística encontra na identificação arquivística novo espaço para o debate científico em torno do documento de arquivo, justificando uma extensa produção científica sobre os aspectos que as relacionam. Os artigos publicados revelam uma profunda reflexão sobre sua abordagem teórica e pertinência na aplicabilidade prática do método proposto para reconhecer e denominar o documento, constituindo-se na base sobre a qual se desenvolve o tratamento técnico em qualquer fase do seu ciclo de vida documental.

A arquivística do Brasil recebeu a influência desta nova corrente teórica que se formou, disseminando entre os arquivistas este novo conceito de documento, cujo debate em torno de sua natureza é sustentado pelo método de análise da diplomática contemporânea. Os parâmetros conceituais propostos vêm fornecendo aos arquivistas uma possibilidade de desenvolvimento de práticas normalizadas de planejamento da produção, avaliação, classificação e descrição dos documentos de arquivo.

Os estudos que desenvolvemos na qualidade de projeto de pesquisa de doutorado<sup>i</sup> tiveram como objetivo analisar e sistematizar os processos de identificação de documentos, abordando os aspectos teóricos e metodológicos da tipologia documental e as influências recebidas da diplomática como fundamento para o desenvolvimento da tarefa, contextualizando a tarefa no âmbito da identificação arquivística. Como continuidade desta pesquisa, verificou-se a necessidade de aprofundamento do tema, abordando os aspectos teóricos e metodológicos que envolvem a identificação arquivística, contribuindo para sistematizar as práticas desta pesquisa sobre os documentos e seus órgãos produtores, na perspectiva das instituições brasileira.

A introdução da gestão documental no campo da arquivística, especificamente da avaliação, trouxe consigo a necessidade da formulação de metodologias para resolver os problemas observados nos arquivos.

Muitas inovações nos métodos de trabalho arquivístico apareceram no período como resultado das experiências desenvolvidas. Os processos de identificação, seu objeto e metodologia foram alvo de debates em reuniões

profissionais e mereceram a atenção de pesquisadores da área, por praticamente uma década. As experiências realizadas no âmbito de sistemas de arquivos na Espanha geraram estudos teóricos e aplicações práticas que acabaram destacando o país no panorama arquivístico internacional.

Na Espanha, as discussões sobre a normalização dos processos de identificação de documentos de arquivo, para o controle da acumulação ou planejamento da gestão, abriram perspectivas que influenciaram a arquivística ibero-americana e, neste contexto, a do Brasil.

Pedro López Gómez (1998) relata as experiências e resultados obtidos na aplicabilidade desta metodologia, contextualizando historicamente e referenciando os modelos de identificação que conduziram a construção do conceito e a disseminação desta prática na Espanha.

Merecem destaque os trabalhos desenvolvidos pela Direção de Arquivos Estatais do Ministério de Cultura da Espanha, onde se formou os Grupos de Trabalho de Administração Institucional de Serviços Sócio-Profissionais (antiga Organização Sindical), Justiça, Governos Civis, Fazenda e o Grupo de Arquivos Administrativos, este último sob a coordenação de Maria Luisa Conde Villaverde<sup>ii</sup>. O objetivo destes trabalhos era identificar e avaliar documentos acumulados a partir de 1958, pela Administração Geral do Estado Espanhol, depositados no Arquivo Geral da Administração, em Alcalá Henares.

Os resultados destas experiências foram apresentados nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas<sup>iii</sup>, realizadas em Madri, em 1991, evento que consagrou a utilização do termo e do conceito de *identificação*. A partir destas jornadas a metodologia da identificação passou a exercer grande influência na arquivística espanhola em geral.

Entretanto, relata Maria Luisa Conde Villaverde (1992, p.15), era preciso ter uma base empírica suficientemente ampla que permitisse a definição destes princípios teóricos. Tal resultado implicava contrastar as experiências espanholas com as de outros países de tradição semelhante. Assim surgiu o Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, do qual participavam Espanha, Portugal, Brasil e México. Seu objetivo era “[...] definir e estabelecer um modelo de tratamento de fundos, perfeitamente diferenciado do inglês e do francês,

que até o momento eram os únicos identificados no contexto internacional e os que determinavam o planejamento e objetivos do Comitê de Arquivos Administrativos do CIA”.

As atividades do grupo passaram a ser realizada na dupla vertente espanhola e ibero-americana, atendendo os seguintes aspectos:

- Análise da realidade administrativa e arquivística para distinguir as características que lhes são próprias.
- Definição das bases metodológicas que devem fundamentar o novo modelo que se pretende desenhar.
- Organização dos distintos grupos de trabalho para aplicação das bases metodológicas estabelecidas sobre fundos previamente definidos para o estudo.

O problema comum compartilhado pela arquivística ibero-americana era a acumulação de fundos. A metodologia proposta visava recuperar a fluidez do sistema de arquivos, enfocando a questão sob dois pontos de vista: controlar as séries documentais desde o momento de sua produção e àquelas acumuladas nos arquivos, definindo um limite cronológico como ponto de partida, denominada identificação e avaliação de fundos documentais.

O grupo estabelece as bases metodológicas da identificação e formula o conceito, caracterizando-a como fase independente no âmbito das metodologias arquivísticas, “[...] antecedendo a avaliação e, ambas prévias a descrição no tratamento de fundos” (CONDE VILLAVARDE, 1991, p.17-18).

Em 1991, nas referidas jornadas, o conceito e o método foram consolidados definitivamente, e a identificação passou a ser entendida como o “[...] processo de investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas nas quais se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um de seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais” (CARMONA MENDO, 2004, p.41).

Produto das experiências desenvolvidas em arquivos dos países envolvidos, o conceito de identificação e o método analítico que o sustenta foram construídos no interior do grupo ibero-americano, durante as reuniões profissionais realizadas. A proposta metodológica da identificação foi encaminhada e assumida pelo Comitê de Arquivos Administrativos do Conselho Internacional de Arquivos.

Em 1992, Maria Luisa Conde Villaverde, divulga as bases do conceito, afirmando que se entende por identificação a “[...] fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (CONDE VILLAVARDE, 1991, p.18) e, um ano depois esta definição é incorporada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística espanhol (1993, p.37).

No início a utilização desta terminologia não implicou numa mudança de propostas arquivísticas, senão que simplesmente era usada pelos autores como sinal de modernidade, como ressalta López Gómez (1998).

O tempo foi consolidando esta prática de trabalho, tornando-a definitiva no meio arquivístico espanhol. Os critérios passaram a ser incorporado a toda legislação pertinente sobre sistemas de arquivos implantados no país, tendo como exemplo mais expressivo o Sistema de Arquivos da Andaluzia.

No Decreto 97/2000, que estabelece o Regulamento do Sistema Andaluz de Arquivos, projeto coordenado por Antonia Heredia Herrera, a identificação é reconhecida como a “[...] primeira fase do tratamento arquivístico, que consiste na análise da organização e das funções das pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas e das séries documentais que produzem como base para a avaliação documental e para a organização e descrição arquivísticas. A identificação é obrigatória para qualquer fundo documental e deverá se feita, preferencialmente, nas áreas de produção documental” (Art. 27).

Anterior aos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de arquivistas da Direção de Arquivos Estatais encontra-se o trabalho pioneiro do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, núcleo originário da Mesa Nacional de Arquivos, que em 1981 criou um modelo de análise para estudar a tipologia documental dos municípios<sup>iv</sup>. Vicenta Cortés Alonso, que coordenou as atividades do grupo, refere-se a este processo de identificação, como “análise documental”, cujo foco das reflexões estava voltado para a formulação de parâmetros normalizados para caracterizar, classificar e avaliar a documentação administrativa municipal. Diante da necessidade de implantar sistemas de gestão documental automatizados, o que supõe normalização, “[...] era imprescindível que tivessem perfeitamente identificados, de maneira prévia, as séries documentais, o que exigia também previamente o estudo do tipo documental” (LÓPEZ GÓMEZ, 1998).

Na dimensão desta necessidade de caracterizar os tipos documentais, inicia-se o debate das relações estabelecidas entre a arquivística e a diplomática. O resultado deste debate fica evidente nos vários projetos que foram surgindo. A Espanha registra numerosas iniciativas de criação de grupos de trabalho para identificar e avaliar documentos de arquivo. No âmbito municipal outras propostas se destacam, “com forte personalidade”, apresentando resultados que somados se traduzem numa “verdadeira teoria da gestão de documentos em âmbito local”, como observa Pedro López Gómez (1998). Os manuais de tipologia documental, elaborados com rigor pelo Grupo de Madri, passaram a servir de modelo para outros arquivistas e para outros conjuntos de documentos.

O Brasil participou do movimento internacional iniciado na década de 80, contribuindo com suas experiências e reflexões para construção de parâmetros metodológicos da identificação. Os projetos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, no período, dentro do Programa de Modernização Institucional-Administrativa<sup>v</sup>, registram a mesma preocupação com a solução do problema da acumulação de fundos e da implantação de programas de gestão documental no âmbito da administração pública federal. Por outro lado, a situação de caótica de documentos acumulados nos depósitos do Arquivo Nacional, e nos órgãos que compõe a estrutura do governo federal, justificou a criação de grupos de trabalho voltados para a solução dos problemas detectados.

Em 1981, é criado o Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), com a finalidade de encaminhar uma solução para identificar os documentos acumulados na sede do Rio de Janeiro, pois dos “dois bilhões de documentos que compunham o acervo, 50% não estava identificado e nem era conhecido de seus usuários e dos funcionários<sup>vi</sup>”, como afirma Celina Moreira Franco, então Diretora Geral do Arquivo Nacional (BRASIL, 1985b, p. 5).

O maior problema enfrentado pelo grupo, ao iniciar suas atividades, foi a ausência de padrões metodológicos capazes de fazer frente ao desafio.

Os manuais arquivísticos internacionais não apresentavam soluções para o problema colocado – o de identificar grandes volumes documentais em arquivos públicos -, pois nos países que os elaboraram, detentores quase exclusivo da produção de conhecimento na área de arquivologia, o desenvolvimento dos arquivos impediu que tal situação se configurasse (BRASIL, 1985a, p.5).

Ainda no mesmo ano, é criado outro grupo de trabalho, o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), com o objetivo de “[...] fornecer ao Arquivo Nacional m quadro global da documentação para possibilitar a criação de uma política de recolhimento, o planejamento de uma política de transferências, bem como a implantação de um arquivo intermediário”. A experiência do grupo foi apresentada no V Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1982, no Rio de Janeiro. O caráter inovador desta metodologia proposta para o “levantamento e identificação dos acervos” repercutiu no meio arquivístico brasileiro, servindo posteriormente como referencial para os trabalhos desenvolvidos pelos arquivos estaduais e municipais (BRASIL, 1985b, p.7-9).

Através da Divisão de Pré-Arquivo, o Arquivo Nacional elaborou o Projeto de Gestão de Documentos<sup>vii</sup>, com o objetivo de estabelecer uma organização sistêmica dos arquivos dos órgãos públicos federais. Entre 1984 e 1986, realizou-se uma experiência-piloto, no âmbito do Ministério da Agricultura, cujos objetivos específicos previam as etapas do programa de gestão, ou seja, o “[...] controle da produção, a avaliação e o controle sistêmico dos arquivos correntes e intermediários, e por fim assegurar as condições adequadas para implantação de recursos automatizados” (BRASIL, 1986, p.7). Usando o termo *levantamento da produção documental*, os procedimentos e os instrumentos propostos revelam a importância estudo prévio sobre o órgão produtor e seus documentos para efeitos de avaliação, perspectiva que caracteriza a metodologia da identificação, preconizada pela arquivística espanhola.

As propostas metodológicas decorrentes do trabalho destes grupos transformaram-se em manuais, denominados publicações técnicas: “Manual para identificação de acervos documentais para a transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos” (1985b) do GIFE; “Identificação de documentos em arquivos públicos” (1985a) do GIFI e o “Manual de levantamento da produção documental” (1986), resultado do projeto de gestão.

Nos objetivos das referidas publicações, o termo *identificação* aparece como fundamento do método de análise proposto para se iniciar o futuro tratamento dos fundos acumulados - “cujo texto se destina aos arquivos públicos do Brasil que desejam dispor de uma metodologia para identificação e registro de acervos documentais produzidos e acumulados pela administração pública” (MANUAL...,

1985, p.5). De outro lado, para se enfrentar o desafiante trabalho de controlar os documentos no momento de sua produção, para efeito de avaliação dos conjuntos - “auxiliar aqueles que pretendem identificar os mecanismos de produção e trâmites documentais, tarefa essencial à aplicação de princípios da gestão documental” (BRASIL, 1986, p.9).

A utilização do termo, a definição dos métodos de trabalhos e a elaboração de instrumentos para se atingir as metas propostas, indicam que no Brasil esta fase de pesquisa estava sendo tratada como etapa independente e necessária ante as demais para o desenvolvimento das práticas profissionais.

Quando a documentação não sofreu nenhum tipo de tratamento, é possível que também não estejam fisicamente arranjadas [...] Deve-se ficar claro, no entanto, que isto não implica nenhuma organização documental; na etapa da identificação, os documentos não sofrem qualquer arranjo físico. Esta é uma etapa importante, pois através da análise dos seus resultados pode-se retirar subsídios para a elaboração do modelo de arranjo (BRASIL, 1985a, p.8, grifo nosso).

Ao se referirem especificamente à identificação como fase do trabalho arquivístico, os integrantes do GIFI, no Arquivo Nacional, dizem que é uma “[...] etapa necessária à organização de acervos que não tenham recebido tratamento arquivístico algum. Visa não só estabelecer maior controle sobre esta documentação, como fornecer indicadores que possam nortear a elaboração de um modelo de arranjo. Assim é preciso reconhecer a documentação antes de organizá-la” (BRASIL, 1985a, p.7).

As metodologias formuladas somaram-se às discussões internacionais e foram divulgadas através de manuais, que passaram a servir de modelo para as práticas desenvolvidas nos arquivos brasileiros. Este processo culminou com a formulação do conceito incorporado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), onde a identificação é vista como uma fase do processamento técnico dos arquivos e definida como “[...] processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

O controle intelectual refere-se às metodologias arquivísticas usadas para tratar tecnicamente documentos acumulados em arquivos. Trata-se de um levantamento de dados sobre as características dos documentos arquivísticos para

efeitos de classificação e descrição. O controle físico refere-se a dados matérias sobre documentos acumulados em depósitos de arquivos.

Belloto (2004, p.127) contribui também com a discussão sobre tratamento de massas acumuladas, formulando requisitos para a identificação de fundos, tarefa preliminar, realizada “[...] antes de qualquer outro processamento técnico, na organização no arquivo permanente”. A partir dos textos publicados por Heloisa Liberalli Bellotto em 1982, e com novas abordagens em 1990<sup>viii</sup>, são divulgados no Brasil os estudos de análise documental desenvolvidos pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri e apresentados com originalidade os aspectos teóricos que fundamentam a tipologia documental. Estas perspectivas abertas pela autora, considerada como referencial teórico sobre o assunto, passaram igualmente a influenciar as práticas desenvolvidas em um segmento dos arquivos brasileiros, especificamente no que se refere a identificação de documentos na fase de produção. Reflexo disto são os trabalhos desenvolvidos por Ana Célia Rodrigues (2003) no Arquivo Público de Campo Belo, em MG e do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, SAESP (2004), os quais se referem ao procedimento como “identificação e análise dos tipos documentais”.

Para Rodrigues (2003, p.8), a tarefa de identificação de documentos é realizada utilizando-se como parâmetro a tipologia documental e caracteriza-se como “[...] contribuição substancial para a gestão de documentos correntes e para a identificação, organização, eliminação e descrição de documentos acumulados”.

A partir dos anos 80 e durante toda a década dos 90, enquanto os arquivistas brasileiros iniciavam suas reflexões teóricas e metodológicas e também o processo de sensibilização para formulação de políticas de sistemas de arquivos, foi comum o uso dos diagnósticos de arquivo. No interior destas propostas, constavam tarefas específicas de identificação de documentos.

## **2 PESQUISA EM ARQUIVÍSTICA: A TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO FUNDAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS**

A identificação é um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve, nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às funções da classificação, avaliação, descrição e planejamento da produção

documental. É uma fase de levantamento de dados que consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação. Neste sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental.

A metodologia versa sobre os “estudos institucionais”, somados à “análise documental”, fundamentados na aplicação direta do princípio da proveniência e da ordem original. “Este conhecimento sobre o órgão produtor combinado a um processo analítico dos documentos produzidos, a partir do conhecimento das suas características internas e externas, permite chegar à identificação das séries documentais” (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p.39).

Esta pesquisa pode ser desenvolvida durante todas as fases do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção, para efeito de implantação de programas de gestão de documentos, ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos.

Este tipo de pesquisa aplicada ao ensino do fazer arquivístico permite que o estudante aprenda a investigar sobre a gênese documental, revelando os elementos que caracterizam os documentos e registrando estas informações em instrumentos específicos, como condição e fundamento para o desenvolvimento das funções arquivísticas de planejamento do tratamento técnico documental.

No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística e para o ensino da arquivologia, permitindo que o arquivista se revele um produtor de conhecimento científico.

As tipologias, entretanto, não são reconhecíveis se não se conhecer o funcionamento da entidade produtora dos arquivos – o que possibilitará o estabelecimento do vínculo arquivístico – e se não se conhecer os elementos externos, internos e a estrutura dos documentos que os compõem.

A Diplomática é uma metodologia analítica de investigação que não se fixa preliminarmente no conhecimento dos órgãos produtores, mas nos procedimentos administrativos de criação dos documentos, sem desconsiderar, entretanto, as estruturas organizacionais e a competências a elas atribuídas. O estudo do documento é tomado como referencia, porque ele “fala por si mesmo”, refletindo as

relações expressas entre a forma documental e o contexto administrativo de sua produção, conhecimento que fundamenta o desenvolvimento das funções arquivísticas em qualquer momento do ciclo de vida documental.

A tipologia documental (ou diplomática contemporânea) tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie, conceito proposto por Heloísa Liberalli BELLOTTO (2000).

A espécie documental é o modelo juridicamente válido, redigido a partir de uma mesma construção semântica e formatado de maneira que torne válido e credível seu conteúdo [...] A lógica da organicidade se revela na utilização da mesma espécie diplomática para o cumprimento de uma determinada função, produzindo o tipo documental.

A correta delimitação da tipologia documental, considerada em função do seu contexto de produção, é de fundamental importância para definir sua classificação, avaliação, descrição e padrões de produção, seja em suporte convencional ou eletrônico.

Esta perspectiva aberta pela diplomática, nesta nova abordagem denominada tipologia documental, é fundamental para a realização de tarefas arquivísticas. Quando se tem que analisar documentos produzidos em sistemas eletrônicos ou para identificar tipologias dispersas entre massas de documentos acumulados, pois a finalidade desta crítica é “[...] compreender a ação da qual participa o documento e o documento em si mesmo” (DURANTI, 1995, p.179).

Quando não encontramos regras definidas para a gestão dos documentos o estudo dos princípios e métodos propostos pela tipologia documental, aponta com clareza os elementos mais significativos e que devem ser desenvolvidos. Nesta medida, fornecem subsídios importantes para o planejamento da produção de documentos em outros suportes, como os eletrônicos.

Portanto, se o conhecimento das estruturas administrativas, os procedimentos burocráticos, dos processos documentais e das formas permite aos arquivistas realizar uma análise comparativa das séries arquivísticas para a seleção e aquisição, este mesmo conhecimento os possibilita participar com competência na produção, mantendo o uso dos documentos correntes, iluminando-os quando se trata de determinar o perfil do documento, a simplificação de procedimentos burocráticos e a adoção de sistemas de classificação e recuperação (DURANTI, 1995, p.5).

Para o tratamento de massas documentais acumuladas, a pesquisa da gênese documental iniciada pelo estudo do documento permite reconstruir os

vínculos de proveniência e organicidade que possam ter sido rompidos em processos inadequados de acumulação.

Quando está diante de um documento, o arquivista trata de identificar os elementos externos e internos da forma e de sua proveniência, seu processo de criação e o procedimento superior em que participaram. Quando está frente a um conjunto de documentos, a pesquisa do arquivista deve dirigir-se primeiro para a identificação daqueles documentos que participaram da mesma transação e, a partir disto, do estabelecimento das relações dos procedimentos existentes entre eles e das relações análogas entre eles e os documentos do mesmo grupo que participaram em outras transações. Depois disto o arquivista pesquisa como o grupo de documentos que examina forma parte dos procedimentos e os classifica em termos absolutos e dentro do contexto (DURANTI, 1995, p.178).

No campo da arquivologia, estas reflexões permeiam o debate em torno do perfil profissional desejado e o modelo de ensino oferecido para formá-lo.

Convém hoje que os arquivistas se aproximem dos estudos da gênese documental. Os estudos da diplomática e tipologia levam a entender o documento desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e o como ele é estruturado no momento de sua produção (BELLOTTO, 2004, p.45).

Nesta dimensão, o conhecimento científico produzido sobre o documento de arquivo na fase de identificação, constitui a base sobre a qual deve se fundamentar toda proposta de tratamento técnico arquivístico. Todo o processo tem início nesta fase da identificação, momento do trabalho arquivístico que permite ao pesquisador um diálogo com seu objeto de estudo, interagindo com ele, buscando respostas para os problemas diagnosticados. Nesta dimensão, o trabalho arquivístico reveste-se de cientificidade, contribuindo para a construção de um conhecimento teórico que tenha utilidade prática de aplicação.

### **3 IDENTIFICAÇÃO: UMA NOVA FUNÇÃO NO CAMPO DA METODOLOGIA ARQUIVÍSTICA?**

Identificação é o “[...] ato ou efeito de identificar; portanto de determinar a identidade, que é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa (algo); uma relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas”. Caracterizar é “por em evidencia o caráter, assinalar, distinguir, descrever com propriedade assinalando os caracteres (elementos individualizadores)” (DICIONÁRIO..., 1988, p.349; 127).

Deslocando-se esta conceituação para o campo da arquivística, *identificação* seria o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os caracteres próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar os elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre o documento em seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade. O vínculo arquivístico, tão bem discutido por Luciana Duranti (1997), é o componente essencial do documento de arquivo, que revela sua verdadeira natureza, que determina sua identidade, pois é definido pela sua ligação com o órgão produtor. Este conhecimento gerado no processo de identificação é a base de todo o tratamento técnico, desenvolvido ao longo do ciclo de vida dos documentos. Os instrumentos produzidos, que registram as informações geradas, conferem uma atuação segura para o arquivista planejar as demais funções arquivísticas.

No campo teórico das metodologias arquivísticas, a necessidade desta pesquisa como premissa para a realização das práticas profissionais sempre foi objeto de atenção dos autores. Schellenberg, comparando a atuação do arquivista com a do historiador, chamava a atenção para a natureza desta pesquisa, própria da arquivística.

O trabalho do arquivista é de natureza menos analítica do que o do historiador. Enquanto ordena e descreve os documentos, o arquivista deve executar uma soma apreciável de trabalho analítico, mas este diz respeito principalmente à averiguação de como foram criados os documentos. Pertence isto à natureza do trabalho historiográfico, mas a investigação histórica é dirigida para a descoberta da origem dos documentos, não para seu significado [...] O arquivista se certifica da origem dos documentos para arranjá-los e descrevê-los. A metodologia da arquivística é suscetível de ser mais claramente definida do que a da história (SCHELLENBERG, 1980, p.81).

Luciana Duranti (1995, p.2) reitera a necessidade de o profissional conhecer bem o elo que une o documento ao órgão que o produziu, afirmando que “se o arquivo é um todo constituído por partes e é impossível entender e controlar o todo sem compreender e controlar suas partes ainda que as mais elementares”. Discutindo a tarefa da identificação na abordagem da diplomática enfatiza que

É essencial reconhecer como o conteúdo informativo do fundo arquivístico é determinado pelas funções de seu criador, como a forma (a organização de conjuntos de documentos dentro do fundo) é determinada pela estrutura organizacional dentro da qual se produzem e como a forma e inter-relações de seus documentos

(dentro de cada conjunto) são determinadas pelas atividades e procedimentos que as geraram (DURANTI, 1995, p.202).

A literatura registra o uso do termo *identificação*, com suas variáveis, para designar processos de trabalho realizados sobre os documentos, os órgãos produtores e sobre arquivos.

Na Espanha, o tema da identificação foi objeto de amplo debate nacional, ocupando as reflexões em mesas de debates profissionais, nas quais se discutiam formulação de princípios e padronização dos procedimentos metodológicos propostos.

Para uma corrente teórica de autores<sup>ix</sup>, esta fase do tratamento arquivístico denominada identificação, é vista como a primeira fase da metodologia arquivística, do tipo intelectual, definida como um processo de “investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo”. No modelo de identificação desenhado por Maria Luisa Conde Villaverde (1992, p. 42) para o Arquivo Geral da Administração, o seu objeto é o “[...] elemento orgânico (sujeito produtor) e o elemento funcional (tipo documental)”. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística espanhol (1993, p.37), o foco da identificação são as “categorias administrativas e categorias arquivísticas”.

A identificação consiste na pesquisa sobre os elementos implicados na “gênese do fundo: o sujeito produtor e o objeto produzido”. Entendendo por “sujeito produtor, a pessoa física, família ou organismo que produziu e/ou acumulou o fundo e por objeto produzido, a totalidade do fundo e cada uma dos agrupamentos documentais que o integram” (CARMONA MENDO, 2004, p.42).

A base metodológica da identificação é a aplicação de maneira direta dos princípios da proveniência e o da ordem original<sup>x</sup>, é sua “melhor ferramenta”, pois estes princípios “[...] dirigem o tratamento dos documentos ao longo de toda sua vida, estabelecendo as operações arquivísticas que são próprias de cada fase” (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p.40-41).

Permanecem, entretanto, algumas questões inéditas no âmbito destas discussões teóricas, que merecem aprofundamento em suas análises: é possível reconhecer a identificação como função independente no contexto das metodologias arquivísticas e neste sentido utilizar os padrões estabelecidos no ensino da arquivologia? Podemos falar de uma metodologia de identificação, especificamente

brasileira, que mereça uma sistematização dos métodos e instrumentos elaborados, a exemplo do que vem fazendo a Espanha?

Nesta perspectiva, essa pesquisa tem por objetivo lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística, sistematizando-a na perspectiva da tradição arquivística brasileira. Para seu desenvolvimento, aliará uma dimensão teórica a uma dimensão aplicada. Do ponto de vista teórico, busca-se especificamente analisar a dimensão conceitual da identificação no contexto das metodologias arquivísticas e sistematizar os procedimentos típicos destas fases, servindo como referencial metodológico para a realização de práticas arquivísticas desenvolvidas no Brasil. Na dimensão aplicada, tem por objetivo desenvolver estudos de caso de identificação arquivística no âmbito de programas de gestão de documentos e tratamento de massas documentais acumuladas em arquivos, verificando a aplicabilidade dos princípios teóricos e metodológicos da identificação.

A disciplina também é oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFF, no âmbito da linha Fluxos e Mediações Sócio-Técnicas da Informação e como tema de pesquisa vinculado a mesma linha.

O Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística” desenvolve estudos teóricos e aplicados sobre a origem e a estrutura do documento de arquivo (convencional ou eletrônico), usando procedimentos do Direito, da Administração e da Diplomática; as funções e atividades administrativas refletidas nos tipos documentais dos arquivos de entidades de natureza pública e privada e as relações dos conceitos estudados pela Diplomática e pela Tipologia Documental com as funções arquivísticas: identificação, produção, avaliação, classificação e descrição. Os pesquisados envolvidos preocupam-se ainda, com a identificação e análise dos tipos documentais como fundamento para a construção de instrumentos de gestão documental (tabela de temporalidade, plano de classificação e bancos de dados de identificação) e de descrição (instrumentos de pesquisa, convencionais ou informatizados). Na dimensão aplicada, são realizados estudos de caso de identificação arquivística no âmbito de programas de gestão de documentos e de tratamento de massas documentais acumuladas em arquivos de instituições públicas e/ou privadas, verificando a aplicabilidade dos princípios teóricos e metodológicos obtidos como resultado desta pesquisa.

Integram o grupo, pesquisadores e alunos do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (Mestrado) e do Curso de Graduação em Arquivologia da UFF, que desenvolvem pesquisa de TTC e Iniciação Científica (PIBIC), além de técnicos da área de Gestão de Documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e da Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro.

Como estudo de caso vem sendo desenvolvido o projeto de pesquisa “Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro”, projeto financiado pelo Programa Jovem Pesquisador UFF 2009. Neste estudo, são aplicados os parâmetros da diplomática contemporânea para a identificação da tipologia documental, objetivando a normalização de procedimentos para classificar e avaliar os documentos das Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Projeto de Gestão de Documentos, através de parceria institucional estabelecida entre o Arquivo Público do Estado / Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ensino e a pesquisa em diplomática, dentro desta nova abordagem da tipologia documental, é um recurso pedagógico que permite ao aluno apresentar resultados acadêmicos, tanto teóricos como práticos, que se traduzem em contribuição científica para a arquivística, no campo do desenvolvimento de metodologias para o tratamento de arquivos.

A identificação, enquanto pesquisa realizada sobre os documentos de arquivo é efetuada com metodologia preconizada pela diplomática contemporânea, que confere ao trabalho arquivístico a dimensão da qualidade científica. O arquivista deve ser formado através da pesquisa, como maneira de estimulá-lo a pensar e intervir na realidade que se apresenta em seu ambiente profissional.

Do ponto de vista do ensino, confere ao estudante a segurança para a tomada de decisões durante o seu processo de formação, que dispõe de um referencial teórico-metodológico que lhe permite olhar para o documento em seu

conjunto a partir de critérios científicos, atingindo assim a normalização necessária para o desenvolvimento de suas práticas profissionais.

É na diplomática que a arquivística encontra os elementos que contribuem para a formação de profissionais com mais segurança no desenvolvimento das práticas arquivísticas, com nova imagem, aptos para responderem a estes desafios impostos pelas necessidades da sociedade moderna. Nessa proposta de formação, o objetivo é que o aluno assimile o mecanismo de produção do conhecimento científico e o papel da metodologia como instrumento de enriquecimento da prática arquivística, mediante a aplicação dos princípios teóricos. O aluno desenvolve sua capacidade de análise e síntese, utilizando esta ferramenta como referencial para suas práticas profissionais. Isto permite otimizar a proximidade entre teoria e prática, colocando o profissional em contato com programas concretos de trabalho que lhes possibilitam dispor de critérios para reconhecer e tratar documentos de arquivo.

Estes estudos possibilitam o delineamento de um perfil profissional analítico, que fundamenta sua atuação na reflexão crítica sobre a natureza e características do documento. Não atua mais repetindo modelos e técnicas consagrados pela literatura tradicional, cuja aplicabilidade nem sempre é adequada à realidade em que se encontra o objeto a ser tratado.

Espera-se que os resultados obtidos como produto destas reflexões possam trazer novos elementos para sistematização das tarefas arquivísticas realizadas nos parâmetros do rigor científico, contribuindo para a construção do conhecimento da área.

## REFERÊNCIAS

ALBERCH i FUGUERAS, R. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

ARQUIVO NACIONAL. **Identificação de documentos em arquivos públicos**. Rio de Janeiro, 1985a. (Publicações Técnicas, 37)

ARQUIVO NACIONAL. **Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos**. Rio de Janeiro, Ministério de Justiça / Arquivo Nacional, 1985b. (Publicações Técnicas, 40)

ARQUIVO NACIONAL. **Manual de levantamento da produção documental**. Rio de Janeiro, 1986. (Publicações Técnicas, 44)

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)

\_\_\_\_\_. Diplomática e tipologia documental. In: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.45-63

\_\_\_\_\_. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n.195, p.9-17, 1982.

\_\_\_\_\_. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo de Rio Claro: Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**, v.0, n.1, p.4-15, 1990.

BRASIL. São Paulo. Decreto 48.898, de 27 de agosto de 2004. **Plano de classificação e a tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo**: atividades - meio e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.saesp.sp.gov.br/48898.html>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

CARMONA MENDO, C. Consideraciones sobre el método en archivística. In: **Documenta & Instrumenta**, Madrid, v.1, p.35-46, 2004. Disponível em <<http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2005.

CONDE VILLAVARDE, M. L. *et al.* La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamérica: idéntico tratamiento para una misma realidad. In: PRIMERAS JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1991. In: **Actas...** Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministério de Cultura, 1992. p.15-19

\_\_\_\_\_. **Manual de tratamiento de archivos administrativos**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1992.

CORTÉS ALONSO, V. Nuestro modelo de análisis documental. **Boletín de ANABAD**, Madrid, n.3, p.419-434, 1986b.

CORTÉS ALONSO, V. **Nuestro modelo de análisis documental**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. (Scripta, 9)

**DICCIONARIO de terminologia archivística**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura, 1993.

**DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ESPAÑA. Andalucía. **Decreto n. 97, de 6 de março de 2000. Regulamento do Sistema Andaluz de Arquivos**. Disponível em: <<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/web/servlet/descarga?up=1329>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

DURANTI, L. **Diplomática**: nuevos usos para una antigua ciencia. Carmona (España): Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

\_\_\_\_\_. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**. Vancouver (Canada), v.11, p.213-218, 1997.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira; Folha de São Paulo, 1994/95.

HEREDIA HERRERA, A. **El principio de procedência y los otros principios de la archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003. (Scripta, 5)

LA TORRE MERINO, J. L.; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, M. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes. S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales)

LÓPEZ GÓMEZ, P. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información**, v.5, n.22-23, p.37-43, 1998. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00001743>>. Acesso em: 20 set. 2005.

LÓPEZ GÓMEZ, P. Identificación y valoración de documentos en España a partir de 1975. **Anales de Documentación**: Revista de Biblioteconomía y Documentación. Murcia, v.1, 75-97, 1998. Disponível em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad01/ad0106.html>>. Acesso em: 19 abr. 2005.

MOLINA NORTES, J.; LEYVA PALMA, V. **Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa**. Guadalajara: ANABAD Castilla – La Mancha, 1996. (Textos de ANABAD Castilla – La Mancha, 2)

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2010.

\_\_\_\_\_. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos**: um manual para o Município de Campo Belo, MG. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

SHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1980.

## NOTAS

<sup>i</sup> RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2010.

<sup>ii</sup> Cf. La Torre Merino; Martín-Palomino y Benito (2000, p.11) e Carmona Mendo (2004, p.41).

<sup>iii</sup> Cf. Actas de las Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones Públicas, 1991. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992.

<sup>iv</sup> Cf. CORTÉS ALONSO (1989; 2005).

<sup>v</sup> Este programa teve início em 1980, durante a gestão de Celina Moreira Franco, frente a direção do Arquivo Nacional e foi objeto de convenio firmado entre o arquivo e a Fundação Getúlio Vargas (ARQUIVO NACIONAL, 1985b, p.7).

<sup>vi</sup> O trabalho realizado pelo grupo teve duração de um ano e meio e como resultado, o reconhecimento de 1.500 metros lineares de documentos, provenientes da Seção do Poder Executivo, que integram o acervo da Divisão de Documentos Escritos do Arquivo Nacional. O projeto coordenado por Regina Celie Simões Marques e Vera Moreira Figueira foi idealizado por Maria Amélia Porto Miguez e Célia Camargo.

<sup>vii</sup> O projeto era coordenado por José Maria Jardim, então Diretor da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, integrado pela seguinte equipe do arquivo: Norma de Góes Monteiro, supervisora geral na fase de implantação, e Eliana Furtado de Mendonça e Ana Maria Varela Cascardo Campos, supervisão técnica.

viii BELLOTTO (1982; 1990).

ix Cf. Conde Villaverde (1992, p. 72); Diccionario de Terminología Archivística (1993, p. 37); La Torre Merino e Martin-Palomino y Benito (2000, p.14) e Alberch i Fugueras (2004, p.108).

x *Princípio de proveniência* quer dizer, “não misturar os documentos gerados por diferentes órgãos produtores” e, conseqüentemente o da *ordem original*, que significa “não romper com a ordem natural de produção dos tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos que o determinaram” (HEREDIA HERRERA, 2003, p.5-6).